

29/05/2020

PLENÁRIO

**SEGUNDOS EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE  
PRECEITO FUNDAMENTAL 556 RIO GRANDE DO NORTE**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA - CNTI</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JEAN CARLOS VARELA AQUINO</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ILEGITIMIDADE DA EMBARGANTE, ESTRANHA À RELAÇÃO PROCESSUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual do Plenário, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade, **em não conhecer dos embargos**, nos termos do voto da Relatora. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Brasília, 29 de maio de 2020.

**ADPF 556 ED-SEGUNDOS / RN**

**Ministra CÁRMEN LÚCIA**

**Relatora**

29/05/2020

PLENÁRIO

**SEGUNDOS EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE  
PRECEITO FUNDAMENTAL 556 RIO GRANDE DO NORTE**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA - CNTI</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JEAN CARLOS VARELA AQUINO</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

**RELATÓRIO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Relatora):**

1. Em 14.2.2020, a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental foi parcialmente conhecida e, na extensão, julgada procedente em acórdão com a seguinte ementa:

*“ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. FINANCEIRO. DECISÕES JUDICIAIS DE BLOQUEIO, PENHORA, ARESTO E SEQUESTRO DE RECURSOS PÚBLICOS DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL.*

**ADPF 556 ED-SEGUNDOS / RN**

*APLICABILIDADE DO REGIME DE PRECATÓRIOS. PRECEDENTES. INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PODERES. LEGALIDADE ORÇAMENTÁRIA. ARGUIÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA PARTE, JULGADA PROCEDENTE. 1. Não autoriza análise de ato questionado por arguição de descumprimento de preceito fundamental quando se cuidar de ofensa reflexa a preceitos fundamentais. Precedentes. 2. A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN é sociedade de economia mista, prestadora de serviço público em regime não concorrencial e sem intuito primário de lucro: aplicação do regime de precatórios (art. 100 da Constituição da República). Precedentes. 3. Decisões judiciais de bloqueio, penhora, arresto e outras formas de constrição do patrimônio público de empresa estatal prestadora de serviço público em regime não concorrencial: ofensa à legalidade orçamentária (inc. VI do art. 167 da Constituição), à separação funcional de poderes (art. 2º da Constituição) e à continuidade da prestação dos serviços públicos (art. 175 da Constituição). Precedentes. 4. Arguição parcialmente conhecida e, nesta parte, julgada procedente para determinar a suspensão das decisões judiciais que promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e determinar a sujeição ao regime de precatórios à Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN”.*

**2.** Publicado o acórdão no DJe de 6.3.2020, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI opõe embargos de declaração.

**3.** Sustenta a embargante haver contradição e omissão no acórdão e afirma que “*deverá o Pleno do STF, como medida de segurança jurídica e proteção ao devido processo legal a res judicata, limitar os efeitos para não atingir os processos que tenham transitado em julgado em face da CAERN, devendo nestes processos permanecerem o regime de execução normal, sob pena de violação ao preceito da coisa julgada*”.

Enfatiza que “*a CAERN se enquadra na disposição contida no artigo 173, § 1º, inciso II, da CRFB, que determina às empresas públicas e sociedades de*

**ADPF 556 ED-SEGUNDOS / RN**

*economia mista, que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários”.*

*Argumenta que “a CAERN não possui regime de exclusividade de exploração dos serviços de fornecimento de água e esgoto no RN, não possui a mesma a descrição legal em sua legislação de constituição, Lei Estadual nº 3.743/69, embora a mesma preste relevantes serviços públicos, esta autorregula as suas tarifas”.*

**4. Requer**

*“a reforma do r. acórdão pelas flagrantes contradições e omissões acima elencadas, [...] aplicação da repercussão geral do Recurso Extraordinário com repercussão geral n. 599628 do Tema 253, pela constituição da CAERN pelo regime concorrencial e pelo manifesto caráter lucrativo da empresa conforme acima se explicitou, não concedendo a Companhia de Águas e Esgotos do RN a aplicação das prerrogativas da fazenda pública e o regime de execução especial por precatórios;*

*Em caso não prevaleça o pedido de mérito acima, que em face das contradições e omissões indicadas, aplique a modulação dos efeitos a sanar as omissões, contradições e dúvidas acima levantadas no r. acórdão, em face de sua aplicação e efeitos;*

*Que seja respeitado o manto da coisa julgada, mantendo o regime de execução normal nos feitos que já tenham porventura sofrido o trânsito em julgado na fase de conhecimento”.*

**É o relatório.**

29/05/2020

PLENÁRIO

**SEGUNDOS EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE  
PRECEITO FUNDAMENTAL 556 RIO GRANDE DO NORTE**

**VOTO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Relatora):**

1. A embargante não atuou no presente feito sequer na qualidade de *amicus curiae*.

2. A jurisprudência deste Supremo Tribunal é firme no sentido de que não são cabíveis os recursos interpostos por terceiros estranhos à relação processual nos processos objetivos de controle de constitucionalidade. “O art. 7º da Lei 9.868/1999 e o art. 169, § 2º do RISTF afastam expressamente a incidência, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade, da intervenção assistencial de terceiro concretamente interessado” (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.774 – ED, Relator o Ministro Alexandre de Moraes, DJe de 28.11.2019).

Confirmam-se os seguintes precedentes:

*“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEGITIMIDADE PARA RECORRER DAQUELE QUE, EMBORA LEGITIMADO PARA A PROPOSITURA DA ADI, NÃO É PARTE NESTA AÇÃO. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS. I – Não tem legitimidade recursal para opor aclaratórios terceiro que, embora seja legitimado universal para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, não é parte na relação instaurada no Supremo Tribunal Federal. II – Embargos de declaração não conhecidos” (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.171 - ED, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 29.10.2018).*

*“Embargos de declaração. Ação direta de inconstitucionalidade. Procedência total. Declaração de inconstitucionalidade do dispositivo*

**ADPF 556 ED-SEGUNDOS / RN**

*legal. 1. Carece de legitimidade recursal quem não é parte na ação direta de inconstitucionalidade, mesmo quando, eventualmente, tenha sido admitido como amicus curiae. 2. Entendendo o colegiado haver fundamentos suficientes para declarar a inconstitucionalidade, não há como, em embargos de declaração, reformar o julgado para simplesmente dar interpretação conforme, na linha da pretensão da embargante. 3. Eventual reforma do acórdão embargado na via dos declaratórios somente é possível quando presente algum defeito material, elencado no art. 535 do Código de Processo Civil, cuja solução obrigue o reexame do tema. 4. Embargos de declaração do Sindicato dos Policiais Cíveis e Penitenciários e Servidores da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Piauí não-conhecidos e declaratórios da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí rejeitados” (Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.582/PI, Relator o Ministro Menezes Direito, DJe de 2.5.2008).*

3. O exame da petição recursal é suficiente para constatar não se pretender provocar o esclarecimento de qualquer ponto obscuro, omissos ou contraditórios ou corrigir erro material, mas tão somente modificar o conteúdo do julgado para fazer prevalecer a tese da embargante.

O Supremo Tribunal Federal assentou serem incabíveis os embargos de declaração quando, “a pretexto de esclarecer uma inexistente situação de obscuridade, omissão ou contradição, [a parte] vem a utilizá-los com o objetivo de infringir o julgado e de, assim, viabilizar um indevido reexame da causa” (RTJ n. 191/694- 695, Relator o Ministro Celso de Mello). Observem-se os seguintes julgados:

“EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 6.296/2012 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE PROCESSUAL REJEITADA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. REQUERIMENTO DE MODULAÇÃO DE EFEITOS

**ADPF 556 ED-SEGUNDOS / RN**

*REJEITADO. 1. O acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia ventilada, reafirmando a jurisprudência reiterada do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2. Embargos de declaração não se prestam a veicular inconformismo com a decisão tomada, nem permitem que as partes impugnem a justiça do que foi decidido, pois tais objetivos são alheios às hipóteses de cabimento típicas do recurso (art. 1.022 do CPC/2015). 3. Inexistência dos requisitos necessários à modulação de efeitos. 4. Ambos os Embargos de Declaração rejeitados” (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.336/RJ-ED-segundos, Relator o Ministro Alexandre de Moraes, DJe de 7.2.2019).*

*“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS” (ARE n. 1.083.947-AgR-ED, de minha relatoria, Tribunal Pleno, DJe 13.6.2018).*

*“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. I - Ausência dos pressupostos do art. 1.022, I, II e III, do Código de Processo Civil. II – Busca-se tão somente a rediscussão da matéria, porém os embargos de declaração não constituem meio processual adequado para a reforma do decisum, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais, o que não ocorre no caso em questão. III – Embargos de declaração rejeitados” (ARE n. 910.271-AgR-ED, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, Plenário, DJe 19.9.2016).*



**ADPF 556 ED-SEGUNDOS / RN**

**4. Pelo exposto, não conheço dos embargos.**

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**SEGUNDOS EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 556**

PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

EMBT. (S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA - CNTI

ADV.(A/S) : JEAN CARLOS VARELA AQUINO (4676/RN)

EMBDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EMBDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMBDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMBDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos, nos termos do voto da Relatora. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármem Lúcia, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Assessora-Chefe do Plenário